



N° 2, fevereiro 2016

PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o desenvolvimento

A Ascensão Pacífica Chinesa e a Participação da China nos BRICS

PONTO DE VISTA, Nº 2, fevereiro 2016
ISSN 1983-733X.

Carolina Fontes dos Santos¹

RESUMO: Desde o fim da Guerra Fria, as transformações ocorridas no sistema interestatal ensejaram novas formas de inserção internacional, colocando os países emergentes no foco desse processo. Diante de tais mudanças da ordem mundial, bem como das transformações e reformas estruturais internamente, ocorridas nas últimas três décadas, a China tem enfrentado desafios para definir a sua posição no cenário internacional e para garantir a manutenção do seu desenvolvimento sustentável. O questionamento do mundo a respeito das diretrizes que o país pretende tomar, no âmbito do sistema interestatal, também traz inquietações. A China busca responder a tais desafios, construindo uma relação positiva com o exterior assim como sustentando para o resto do mundo a impressão de que a sua ascensão é pacífica, pautada pela estratégia de perseguir um mundo harmonioso. Nesse contexto, a articulação do grupo BRICS tem sido fundamental para que o país leve adiante essa estratégia. A cooperação entre as potências emergentes tem servido aos interesses chineses, possuindo os parceiros do BRICS, considerados pares com visões compartilhadas sobre diversas questões da agenda mundial, importância estratégica para a sua inserção internacional.

Palavras-chave: China; Ascensão Pacífica; BRICS; Governança Global.

¹ Mestranda em Economia Política Internacional – Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, CEP 21941-901, Rio de Janeiro - RJ – Brasil. E-mail: carolfontes@hotmail.com

I. Introdução

A consolidação do agrupamento BRICS enquanto mecanismo de aproximação e de diálogo entre os países membros suscita a atenção mundial para os impactos que esta articulação tem trazido para o sistema internacional e para a governança global. O acrônimo BRICS já despertava curiosidade antes da sua formação enquanto fórum de concertação política. Dessa forma, a respeitabilidade e o valor de mercado agregado a esta sigla acabaram incentivando e motivando os países a utilizarem a oportunidade difundida por tal marca a dialogarem.

O grupo de concertação política é voltado para a coordenação em reuniões e organizações internacionais, além de buscar a formulação de uma agenda conjunta para a cooperação multissetorial de seus membros. O BRICS já avançou a cooperação em diversas áreas, incluindo agricultura, ciência e tecnologia, cultura, espaço exterior, governança e segurança da internet, previdência social, saúde, turismo, entre outras. O mecanismo passou a consolidar-se, assim, como um grupo e a elaborar uma agenda comum com objetivos desenvolvimentistas. Os países do BRICS reunidos representam 43% da população mundial, 18% do comércio mundial, tendo uma relevante influência global. Os países membros são provenientes da Ásia, África, Europa e América Latina, possuindo, desse modo, representatividade ampliada no globo com dimensão transcontinental, sendo a interação intragrupo, portanto, de imenso valor e significado. Destaca-se, nesse sentido, o recente aprofundamento na institucionalização do agrupamento com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, que tem o intuito de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes e em países em desenvolvimento, e do Arranjo Contingente de Reservas, visando ao apoio mútuo dos países do BRICS para garantir a estabilidade financeira de seus membros.

O mecanismo possui grande relevância, ainda, por contar com a presença da China, segunda maior economia mundial, que caminha em direção a superação dos Estados Unidos – em paridade de poder de compra, a China já é a maior economia global. Além disso, o país alcançou enorme desenvolvimento, a largos passos em apenas três décadas, e ocupa a posição de segundo maior orçamento militar do mundo. A presença chinesa no BRICS é destacada e questionada por diversos autores na literatura, uma vez que a desproporção do seu poder, em

relação aos demais membros, chama atenção. José Luís Fiori (2014: p.35), por exemplo, acredita que ocorrerá um distanciamento progressivo da China em relação a esses países, nas próximas décadas, uma vez a China supere a posição de Estado ascendente em que esses países se encontram.

Este artigo busca, entretanto, argumentar que o engajamento e a participação chinesa nesse grupo de coordenação como também a sua consolidação interessam à China, visto que o mecanismo de cooperação serve para a sua inserção internacional, atendendo aos seus anseios de política externa, voltados para o alcance de um mundo harmonioso. É diante do cenário de transformações no sistema interestatal que o país demonstra a pretensão de tornar-se uma potência em projeção e de integrar-se de maneira abrangente no âmbito internacional. Este artigo fará o esforço, destarte, de responder à questão: Por que é interessante para a China participar e consolidar o grupo de concertação BRICS?

A China sofreu a transição de um país pobre e em desenvolvimento para uma economia emergente, cuja política externa vem assumindo cada vez mais aspectos de um Estado em ascensão com uma atuação ativa e pró-ativa na política mundial (HAIBIN, 2013: p.199). A fim de entender o papel da China e a sua participação no grupo político de concertação BRICS, cabe refletir, primeiramente, sobre as transformações que o país tem sofrido nas últimas décadas e sobre alguns aspectos marcantes, que remontam ao final do século XX.

A primeira parte deste trabalho, após esta introdução, apresenta as transformações recentes e os interesses do Estado Chinês, expressados pelo slogan do *Sonho Chinês*, para, na seção seguinte, tratar de forma sucinta a trajetória de desenvolvimento do país, a qual acompanhou e permitiu o desdobramento de tais interesses. Na terceira parte, será tratado o atual posicionamento chinês, no plano interestatal, que reflete na sua tomada de responsabilidades internacionais. Na quarta seção, será analisada brevemente a iniciativa do BRICS, para finalmente compreender-se, na última parte, o interesse do Estado chinês de participar de tal mecanismo de cooperação.

II. As transformações do Estado Chinês: retorno ao Império do Meio

O atual Estado chinês é o encontro da tradição chinesa com o choque com o Ocidente, decorrente do imperialismo ocidental, a partir do final do século XIX. Para “voltar a ser o centro do mundo”, a ser o Império do Meio, a China precisava entrar no jogo e se posicionar, de forma contundente, no sistema do modo de produção capitalista. É do choque com o imperialismo ocidental que vai se delineando o “Socialismo de Mercado”, enquanto resposta – não só, mas principalmente – ao que representou para os chineses o embate com o mundo ocidental e o século da humilhação. Há grande inspiração em Confúcio na China hodierna, refletindo a enorme quantidade de referências e ecos que o confucionismo encontra na sociedade chinesa atual. As ideias de Confúcio e o resgate da China imperial estão muito ligados à noção de desenvolvimento e modernização no Estado chinês. A força ideológica da nova esquerda chinesa possui um papel importante, nesse contexto, de constituição da China contemporânea.

O slogan da *Sociedade Harmoniosa* e a ideia da “construção do interior socialista” foram marcantes, durante a quarta geração de governo na China, com Hu Jintao, trazendo mudanças importantes, ainda em curso, para a nação chinesa. É nesse momento que é pensado o rascunho de um sistema de bem-estar no país. Com Xi Jinping, que ascendeu como Presidente, em 2013, há uma tentativa de projeção internacional por parte da China e uma mudança retórica. Xi Jinping é nacionalista tanto na prática quanto na retórica, refletindo também uma enorme concentração de poder, por exemplo, ao demonstrar uma política externa assertiva que busca o controle na Ásia. *O Sonho Chinês* passou a ser o novo slogan, pautado no confucionismo e combinado a uma intensa campanha anticorrupção. A ideia seria alcançar uma China forte tanto economicamente quanto política, diplomática, científica e militarmente, com um grau de civilização igualitária, rica, cultural e moralmente, ainda baseando-se na *China Harmoniosa* do bem-estar social e na *China Bonita*, sustentável e com baixo nível de poluição (SHAMBAUGH, 2013: p.5).

A noção contida no *Sonho Chinês* engloba metas fortes para o alcance de uma sociedade chinesa próspera até 2020, visando a dobrar o PIB per capita em relação ao do ano de 2010 (chegando a US\$10.000) e completar a urbanização de um bilhão de pessoas, ou 70% da população, em 2030. Esse esforço reflete a busca por uma nação moderna até 2049,

quando a República Popular da China completará cem anos. A China já é líder em ciência e tecnologia e vem demonstrando um *ressurgimento* econômico, esforçando-se em alcançá-lo também no âmbito cultural e militar, além de buscar participação ativa em diversas áreas de avanço humano. A campanha política do *Sonho Chinês* busca solidificar, ao mesmo tempo, um laço muito forte de aproximação com a população, refletindo o intuito de conquistar as massas. Envolve um peso tradicional forte como as relações de *guanxi*, que não é só instrumental, mas que abarca um sentimento de pertencimento, de fato, o qual levaria a uma China civilizada. Dessa forma, a ideia presente no *Sonho Chinês* é o grande *rejuvenescimento* da Nação Chinesa e a tentativa de voltar a ser o que o país era antes.

Observa-se, portanto, uma necessidade chinesa de resgatar o orgulho nacional e de alcançar a modernização. Segundo o partido, não há incoerência na ideia em torno do “socialismo de mercado”. A realização do comunismo, na prática, é ainda o objetivo final que será alcançado via modernização, vista como um meio necessário para um país melhor. Nesse sentido, o único ator político que tem a capacidade de levar o Estado a esse futuro social brilhante é o Partido Comunista Chinês (PCC). A capacidade do partido de chegar nesse objetivo é inquestionável. Há um centralismo muito forte, e o PCC é visto como a única força política com a capacidade de liderar a nação para o alcance de uma grande civilização. De fato, a sobrevivência do PCC, pós-Maoísmo, envolveu uma estratégia de integração entre poder e riqueza muito forte, segundo Dickson (2008). Assim, a questão da acumulação por uma elite capitalista chinesa faz parte do desenvolvimento levado a cabo pelo slogan do *Sonho Chinês*.

Existe, atualmente, um discurso do país pautado pela noção de China potência para dentro e para fora, não necessariamente um poder hegemônico global, mas, sem dúvidas, reflete um projeto de uma potência. O objetivo primordial da China, hoje, portanto, é voltar a ser a China central, o Império do Meio. Para tanto, a China reconhece a necessidade de uma estratégia de inserção para evitar posturas do Ocidente que a obstaculizam. Shambaugh (2013) ressalta que há uma percepção grande de que o desenvolvimento chinês encontra-se constrangido por determinantes externos. Não obstante, para a China, os objetivos militares estão a serviço de uma ordem de poder para o crescimento e o desenvolvimento nacional de construção do Estado Nacional. O país, assim, não tem a intenção de sobrepor-se pela via militar nem pretende colocar a expressão militar acima do desenvolvimento.

Pensando estrategicamente, após o século da grande humilhação, a China não aceita mais a submissão, levando a cabo o objetivo de voltar a ser o Império do Meio. Na Era Mao Tsé-tung, a relação com a União Soviética foi pautada por uma grande e constante desconfiança mútua, tendo Moscou, que se via como única entidade estratégica e representante supremo do comunismo, buscado submeter os chineses. Mao não aceitou tal posicionamento, rejeitou o Pacto de Varsóvia, e se utilizou, de forma estratégica, da triangulação com os EUA posteriormente. Durante o contexto da reunião de Bandung, o país via, ainda, o mundo periférico como importante “zona intermediária” de atuação (SHAMBAUGH, 2013: p.38-39), apesar de acreditar que a periferia tampouco devesse tornar-se forte demais a ponto de constituir um novo superpoder. Na década de 1960, a relação sino-soviética, que tinha sido pautada por desconfiança, sofre o racha, levando a uma aproximação, entre China e EUA, na medida em que passavam a ter um inimigo em comum – questão simbólica pelo aperto de mãos entre Nixon e Mao, anos mais tarde. A política externa chinesa manteve uma continuidade importante, pós-Mao, dando prosseguimento ao nacionalismo e ao legado maoísta, nesse sentido.

Deng Xiaoping reconheceu no seu governo a China como um país do terceiro mundo, atrasada tecnologicamente. A implementação das quatro modernizações teve início, desse modo, contando com grande participação do Exército de Libertação Popular (ELP), ao dar ênfase à modernização das forças armadas e ao fortalecimento nacional (MEDEIROS e TREBAT, 2015: p.521-522). A modernização possibilitou, assim, gerar um crescimento nacional e uma acumulação acelerada, sobretudo, a partir da geração de uma demanda efetiva. O país investe, desde então, em conectar profundamente os seus interesses militares aos interesses civis, estimulando a inovação técnica (MEDEIROS e TREBAT, 2015: p.522). Os gastos militares chineses estão entre os maiores do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. Apesar de ocupar o segundo lugar mundial de maior gasto militar, correspondendo a 12% do total em 2014, cabe notar que, em termos formais, a China não é um país militarmente orientado. O crescimento destes gastos acompanha o PIB e, em relação ao mesmo, a fatia do dispêndio militar corresponde à apenas 2%, tendo se mantido constante de 2014 a 2015 (SIPRI, 2014). Não há, portanto, um processo de fortalecimento militar que vise a transformar a China em uma potência global militar.

Há uma tentativa de evitar conflitos diretos via manipulação de inimigos, de maneira que a ordem internacional esteja a serviço do seu desenvolvimento. A diplomacia chinesa é voltada, portanto, para o interesse nacional, de forma auto-direcionada (SHAMBAUGH,

2013: p.6). A ideologia da China moderna é, de tal modo, pautada por um forte nacionalismo, em oposição ao imperialismo, e é isso que formata a política externa chinesa bem como orienta a sua inserção internacional estratégica. O país busca, dessa maneira, pensar uma ordem mundial que atenda a seus interesses nacionais, refletindo a permanente busca de uma ordem externa que permita o seu “retorno ao centro”.

III. A trajetória do desenvolvimento chinês

A trajetória de desenvolvimento chinês abarca todo um conjunto de valores próprios ao país. A expansão global da China tem início com a reforma e a liberalização, implementadas a partir de 1978 (SHAMBAUGH, 2013: p.4). De fato, as Quatro Modernizações, anunciadas por Deng Xiaoping, com foco no desenvolvimento da indústria, da agricultura, da ciência e tecnologia e da defesa nacional, combinavam investimento, planejamento estatais com capital estrangeiro e relações de trabalho capitalistas (MEDEIROS e TREBAT, 2015: p.521). Segundo Carlos Medeiros (1999), o sucesso de desenvolvimento econômico chinês foi resultado de uma combinação de fatores internos, de um Estado Nacional-desenvolvimentista – com papel importante em liderar a trajetória de acumulação – e de condicionantes externos, com peso relevante dos fatores geopolíticos de explicação, resultantes de dinâmicas de poder do centro favoráveis à China, na década de 1980.

Para Medeiros, teria ocorrido um desenvolvimento a convite, já na década de 1980, na medida em que o sistema interestatal passava por uma importante transformação estrutural, naquele momento. Tais transformações teriam levado a reformulações na governança global, comandada pelos EUA, passando a China a ter papel central para interesses geopolíticos estratégicos americanos. Esse papel acabaria revertendo-se em condições favoráveis aos chineses – como exemplificado pela sua inserção na aplicação do Tratamento de Nação Mais Favorecida por parte dos EUA e pelo acesso a investimento externo direto (IED), proveniente do reordenamento produtivo na Ásia, sobretudo, do Japão. Ainda que o investimento externo direto não tenha sido o motor do crescimento chinês, o acesso a este financiamento internacional privilegiado evitou a restrição externa, pela qual passava a América Latina, na década de 1980. Na década seguinte, houve o *boom* do IED asiático, norte-americano e europeu bem como a geração de uma plataforma exportadora, mas combinada à proteção do

mercado interno (MEDEIROS, 1999: p.98-101). A década de 1990 foi, não obstante as grandes mudanças orientadas para a abertura, o momento da tentativa chinesa de construção do socialismo de mercado.

De toda forma, a entrada de IED, na China, esteve extremamente ligada a condicionalidades e ao controle rigoroso imposto pelo país, de maneira direcionada em consonância com os interesses chineses (NOGUEIRA, 2015: p.249-250). Medeiros ressalta que o IED não é um elemento quantitativamente importante para explicar o crescimento na China, na medida em que representa uma fatia pequena do investimento total, mas foi essencial para garantir o acesso a *know how*, desde o chão de fábrica, até o acesso à tecnologia bem como a atração de moeda forte. Desse modo, o país conseguiu usar a entrada de capital de maneira propícia a seu desenvolvimento de forma estratégica, visando à proteção de sua indústria (MEDEIROS, 2013, p.476).

A partir dos anos 2000, o grande motor do crescimento tem sido as elevadas taxas de investimento e reinvestimento em ativos fixos na China, que chegaram a quase 50% do PIB, na presente década, levando a um processo de ampliação da base produtiva. O reinvestimento passa a ser muito alto, no país, devido à alta lucratividade e ao controle de capitais, resultando em um padrão de acumulação exclusivamente produtivo – na falta de alternativas no mercado financeiro, pela carência de um processo de financeirização até anos recentes, a opção acaba sendo reinvestir internamente, sobretudo, em infraestrutura (NOGUEIRA, 2015: p.247-248). A China reconheceu, desse modo, a potência que o investimento possui em gerar taxas de crescimento muito elevadas, com uma taxa de acumulação exponencial, havendo uma posição central do Estado chinês no direcionamento da alocação desses investimentos. Dessa forma, todos os demais agregados macroeconômicos seriam também puxados pelo investimento, que tem poder autônomo nesse modelo de *investment-led growth* (MEDEIROS, 2013: p.476). Com isso, culmina-se no processo de internacionalização da produção (SHAMBAUGH, 2013: p.4), tendo a China inundado o mundo com os produtos “made in China”, nos anos 2000. A resposta chinesa à crise de 2008 foi um aumento maior ainda no investimento.

As exportações tiveram, por sua vez, um papel importante em evitar pressões nas contas externas, embora não se possa dizer que tenha havido um caso de *export-led*, na medida em que as importações também eram altas, vazando o efeito multiplicador. Além disso, o conteúdo doméstico das exportações não chega a constituir parcela significativa da renda nacional, e pode-se notar o descolamento grande entre o PIB e as exportações – não

típico para casos de *export-led* (MEDEIROS, 2013: p.463-466). Medeiros não menospreza o papel do IED e das exportações, mas as vê como subordinadas ao modelo estratégico sob o enorme controle do governo chinês. Tal estratégia levou a uma dinâmica que é em si concentradora tanto de riqueza quanto de poder e que acabou levando a contradições como o aumento das desigualdades (MEDEIROS, 2013: p.476-479).

Recentemente, a China tem se concentrado em subir nas cadeias globais de valor, com a busca pela sofisticação das mesmas. O país já é líder, por exemplo, na organização das cadeias globais de valor de painéis solares. O momento atual reflete a tentativa chinesa de passar de um padrão de acumulação pautado pelos investimentos para a ampliação de um consumo interno como motor do crescimento. Esta transição, entretanto, permanece incerta, já que, apesar de favorecida pelos ganhos salariais, por algumas políticas fiscais pró-pobres, por programas de renda mínima, pelo desenvolvimento das regiões interiores e pelos sistemas nacionais de seguridade social e serviços públicos, a melhora distributiva dos últimos anos ainda permanece insuficiente para tanto (NOGUEIRA, 2015: p.238-240). O país busca, nesse sentido, alcançar um mercado consumidor doméstico mais robusto, que garanta uma economia com crescimento sustentável, com baixa emissão de carbono, e que possa lidar com pressões sobre o emprego (HAIBIN, 2013, p.203).

Constata-se, ainda, importante relação entre o desenvolvimento na China e a sua estratégia geopolítica. Chama atenção, nesse tocante, a internacionalização de empresas estatais chinesas em direção à África. São empresas estratégicas em setores como energia, siderurgia, finanças e infraestrutura. Há uma busca chinesa pela garantia do fornecimento de recursos naturais estratégicos, culminando na exploração na África, sobretudo, de petróleo, minérios e alimentos. A presença do país no continente visa a controlar a saída de tais recursos, via investimentos chineses, para, dessa forma, determinar os preços. Essa posição chinesa é coincidente com o boom das commodities, indicando a tentativa do país de exercer influência sobre tais produtos. Não obstante às diversas críticas a esta performance, a atuação da China nos países africanos permite aos mesmos maiores opções de financiamento e cooperação, com menor número de condicionalidades, em relação a potências ocidentais (SHAMBAUGH, 2013: p.88-90).

A ida para fora das empresas chinesas é também incentivada pelo governo, principalmente para a África, devido a uma sobre-capacidade gerada na área da construção civil, de forma extremamente vinculada ao Estado, com exportação de excesso de capital,

máquinas e equipamentos disponíveis nesse setor. Tal exportação do capital chinês, com o seu concomitante fortalecimento interno, vem acompanhada de uma política externa agressiva. A dinâmica de acumulação chinesa tenta, dessa forma, se internacionalizar financeiramente, ainda que enfrente a oposição explícita dos Estados Unidos.

Na América Latina, a atuação da China tem se concentrado em investimentos na indústria e na compra de produtos primários – levando alguns críticos a argumentarem que esteja acontecendo uma reprimarização da pauta exportadora daqueles países. Além disso, há um foco da influência chinesa sobre a infraestrutura, visando a um controle na formação de preços, ainda que exista uma diversificação dos investimentos chineses na região.

A Nova Rota da Seda representa, nesse contexto, a tentativa da China de consolidar uma série de políticas econômicas, diplomáticas e de instituições financeiras, que não só garanta a estratégia de desenvolvimento e de poder regional chinês como também possa levar a uma mudança e reinvenção no padrão de acumulação. A estratégia envolve a ida de capital chinês para fora e interesses geopolíticos como o controle das rotas de fornecimento de energia, a busca pela influência no Índico, além de importante domínio sobre a infraestrutura até mesmo no exterior, visando a sua interconexão.

Tal padrão de acumulação chinês foi, portanto, utilizado pela China como uma estratégia para levá-la “de volta ao centro”, a serviço da busca pelo retorno da China do Meio pelo Partido Comunista e extremamente pensado para o plano interno. A China alcançou, hodiernamente, a posição de potência emergente e já é a segunda maior economia mundial, mas, diferentemente das demais potências, internamente permanece um país pobre, a despeito da drástica redução da pobreza levada a cabo pelo país. A renda *per capita* é ainda baixa – a China ocupa a 89ª posição em renda *per capita* – característica de uma potência média. Constata-se, desse modo, uma ausência de um poder global de fato, a despeito da crescente influência chinesa em diversos aspectos e áreas do mundo (SHAMBAUGH, 2013: p.5-6). Existe uma clareza por parte do PCC, entretanto, da necessidade de transformar a China em um país de renda alta, que tenha poder de influência ao operar no cenário internacional. Há, atualmente, uma desaceleração brutal do crescimento na China, com a queda da demanda efetiva e da demanda global. Ainda assim, o país mantém um dos maiores crescimentos mundiais e, no âmbito dos BRICS, possui destaque em crescimento econômico.

Com a entrada de Xi Jinping na presidência, em 2013, a política externa chinesa passou a ser mais agressiva, com o slogan do *Sonho Chinês*, apresentando-se de maneira pesadamente nacionalista. Observa-se uma posição de projeção de poder da China para fora de maneira inédita, frente a grandes desafios externos impostos ao país. De fato, é, cada vez mais, essencial para a China levar em consideração, na sua estratégia de política externa, as implicações globais e multidimensionais de sua rápida ascensão (HAIBIN, 2013: p.199). É diante desse movimento global, realizado pela China nas últimas décadas, que podemos entender a sua tomada de responsabilidades no plano internacional e a participação do país no âmbito do grupo de cooperação do BRICS. A ênfase na busca pelo desenvolvimento nacional e o foco na reafirmação do Estado Chinês como o antigo Império do Meio conferem ao país uma posição de destaque no sistema interestatal, ao lado das demais economias emergentes.

IV. Uma China responsável no plano internacional

As transformações no sistema interestatal tornaram a China um país que busca tomar uma posição intermediária, no plano internacional, entre uma política de poder, de um lado, e de reconhecimento da relevância da institucionalização dos assuntos internacionais, de outro. É nesse contexto que o país pensa a sua projeção internacional, enquanto potência, visando a uma integração de forma abrangente ao sistema interestatal (HAIBIN, 2013: p.197-198). Dessa maneira, a China vem tentando traçar uma estratégia em torno do seu interesse nacional e da expansão da sua influência externa, a fim de estabelecer uma ordem global que permita um desenvolvimento comum e a segurança mundial. Nesse sentido, ao passar de um país revolucionário, excluído de sistema, para um membro responsável do cenário internacional, a China busca desenhar uma imagem internacional construtiva e previsível. De fato, o país é central para as mais importantes temáticas da agenda internacional contemporânea (HAIBIN, 2013: p.198).

O gigante asiático, além de ocupar a posição de segunda maior economia, possui a maior reserva de divisas internacionais e é o principal parceiro comercial do mundo, apresentando ainda dificuldade para lidar com os desafios da sua posição em ascensão internacional. Diante da desconfiança por parte de seus vizinhos e das potências ocidentais, a China busca tranquilizar o resto do mundo de que a sua ascensão é pacífica e que não visa a

ameaçar a ordem. A estratégia chinesa é tornar-se, no longo prazo, uma potência sustentável, que não enfrente grandes guerras. Dessa forma, o país tenta solidificar valores compartilhados no plano internacional, combinando o seu poder abrangente com os seus interesses nacionais bem como buscando, para tanto, a consolidação do multilateralismo (HAIBIN, 2013: p.198).

A ascensão pacífica fazia parte do discurso chinês, desde Deng Xiaoping, com o reconhecimento de que a China era um país em desenvolvimento, em busca de uma inserção no cenário internacional que permitisse o desenvolvimento chinês. A China não seguiu o mesmo caminho de outras potências de luta pela dominação global. A política externa chinesa, de fato, permaneceu voltada para esta ascensão pacífica, nos últimos trinta anos, refletida nos encontros internacionais que contam com a participação chinesa. O país evita conflitos abertos e reforça a retórica da necessidade de construção de uma ordem multipolar, defendendo a não interferência nos assuntos internos de outros Estados. Demonstra, dessa forma, também, a busca por *um mundo em harmonia*, em que a prosperidade comum seja possível (SHAMBAUGH, 2013: p.20-21).

Ainda assim, a Ásia Central e o Leste Asiático representam espaço de projeção militar e fortalecimento econômico chinês, em uma tentativa da China de reconstrução dos seus antigos “territórios tributários”. Além disso, a China tenta manter o controle estratégico no Mar do Sul da China, buscando conter a presença militar norte-americana e, ao mesmo tempo, subvertendo a lógica de dominação dos EUA na região (SHAMBAUGH, 2013: p.77-82). Entretanto, visando a assegurar a sua ascensão pacífica, a China valoriza imensamente o multilateralismo, esforçando-se em estabelecer e fortalecer laços regionais e globais, mesmo diante da existência de controvérsias em relação aos países vizinhos e aos EUA (HAIBIN, 2013: p.199). A atuação chinesa no âmbito internacional reflete, assim, uma posição ativa e proativa na política mundial.

A transformação da China em investidor em recursos naturais foi tratada como uma questão de segurança nacional, em determinados casos, o que leva a uma expectativa do mundo quanto às responsabilidades que os chineses assumirão. Não obstante, a China tem se envolvido e comprometido com a ajuda internacional e a cooperação sul-sul com países em desenvolvimento, declarando a intenção de contribuir para o desenvolvimento mundial. Além disso, por ter importantes laços econômicos com os países desenvolvidos, espera-se, ainda, que a China se comprometa, cada vez mais, com responsabilidades no sistema interestatal. Dessa forma, torna-se mais difícil para a diplomacia chinesa responder às demandas externas

a respeito do seu status internacional. Há um esforço do Estado chinês, assim, em buscar uma acomodação de maneira construtiva no plano internacional, a qual viabilize, ao mesmo tempo, a sua modernização e os seus objetivos domésticos (HAIBIN, 2013: p.199-201). A título de exemplo, no plano internacional, a China respeita fortemente o princípio de não intervenção doméstica, sem buscar interferência no plano interno de outros Estados (SHAMBAUGH, 2013: p.7).

Destarte, a China não almeja a completa substituição do sistema interestatal vigente por uma nova ordem. Ao contrário, o país promoveu a sua projeção no cenário internacional delineado pelos EUA e pelas grandes potências ocidentais, buscando e beneficiando-se da sua inserção nas principais organizações multilaterais (HAIBIN, 2013: p.199). Apesar das inúmeras concessões, às quais a China precisou ceder para ingressar na Organização Mundial de Comércio (OMC), a adesão nessa instituição, em 2001, foi interessante ao país, na medida em que lhe possibilitava apresentar-se enquanto uma economia como as demais e um ator credível nas relações internacionais. Com efeito, para o Estado chinês, a participação nessas instituições passou a representar a legitimidade da sua ascensão. A China possui, ainda, forte ligação econômica com o mundo, sobretudo, com os EUA. Conforme coloca Fiori:

Do ponto de vista estrutural, a internacionalização da economia estado-unidense, associada ao crescimento acelerado da China, produziu uma mudança estrutural no funcionamento da economia mundial com o surgimento de um novo centro nacional de acumulação de capital – a China e seu entorno asiático –, com um poder de gravitação igual ao dos Estados Unidos. Uma espécie de bipolaridade diferente da bipolaridade geopolítica do século XX, pois naquele tempo não havia nenhuma complementariedade econômica entre os Estados Unidos e a União Soviética, embora fossem as duas maiores economias do mundo (2014: p.34-5).

Os chineses aceitaram para si, dessa forma, a definição de “parte responsável”, adicionando ao conceito a sua própria percepção enquanto um parceiro mundial construtivo e cooperativo bem como ressaltando o papel da coordenação, quando se trata de temáticas mundiais e do enfrentamento de problemas globais. Sendo assim, o próprio país busca o reconhecimento internacional de que a China alcançou, de fato, o papel de uma potência emergente responsável e legítima, consolidando-o por meio da cooperação e da articulação dos conceitos de “ascensão e desenvolvimento pacífico”, do “mundo em harmonia” e do “ressurgimento da China” no cenário mundial. (SHAMBAUGH, 2013: 173-176). Não

obstante, o país permanece cauteloso em manter um comprometimento com os custos da governança global que não ultrapasse as suas capacidades (HAIBIN, 2013: p.200-202).

Nesse contexto, a China busca agir de maneira entusiástica e participativa no fornecimento de bens públicos, na resolução de questões internacionais sensíveis e na promoção da cooperação regional, revisando, nos últimos anos, a sua política externa discreta em função das suas responsabilidades e obrigações internacionais, combinadas aos seus interesses nacionais (Haibin, 2007). É notório o esforço do país em estabelecer relações pacíficas e em tentar afirmar-se no plano externo, ao reconhecer a necessidade de conectar-se ao restante do mundo. Ainda assim, a China enfrenta uma série de desafios impostos a economias emergentes, os quais a aproximam de outros países em desenvolvimento, que buscam discutir e reformular algumas regras das instituições mundiais – sobretudo as financeiras e de comércio – a fim de que comportem a nova posição ocupada por estes Estados no cenário econômico mundial. Além disso, o Estado chinês tem demonstrado empenho em adequar-se ao resto do mundo e encara, da mesma maneira que os demais países em ascensão, as inquietações relacionadas à sua inserção internacional no contexto hodierno. Dessa forma, por ser uma potência emergente, a China possui abordagens e prioridades específicas a respeito das mudanças no sistema interestatal, as quais a levam a articular-se às demais potências médias e regionais, membros do BRICS, que também visam a estabelecer em concertação maiores responsabilidades internacionais.

V. A iniciativa de articulação do grupo BRICS

Os países do BRICS têm se consolidado como grandes protagonistas na cena global, destacando-se por propiciar novos modelos para a cooperação Sul-Sul. (SZEIFERT e VELOSO, 2014: p.7). Observa-se, dessa forma, o empenho do agrupamento em reiterar a importância das economias emergentes e em defender que as mesmas tenham maior peso assim como maior representação nas instituições financeiras internacionais. É notório o entusiasmo do BRICS em dar ênfase à busca pelo desenvolvimento, tanto no âmbito dos países membros quanto a outras nações em seu entorno regional.

O acrônimo BRIC, cunhado como conceito de mercado por Jim O’Neill da Goldman Sachs, em 2001, em estudo intitulado “*Building Better Economic BRICs*”², no qual ele destaca que os quatro países estariam entre os mercados emergentes de maior e mais rápido crescimento, foi concretizado com a aproximação desses Estados e a formação do mecanismo de articulação entre eles (SZEIFERT e VELOSO, 2014, p.7). A partir de 2006, de fato, ainda que de maneira informal, a coordenação diplomática entre os quatro países passou a ser frequente, com o encontro de seus chanceleres no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Essa interação culminou na realização da primeira Cúpula de Chefes de Estado e Governo dos membros do BRIC, que aconteceu na Rússia, em 2009, e desde então as reuniões dos líderes desses países tornaram-se regulares. No ano de 2011, a África do Sul foi também incorporada ao agrupamento, que assumiu, naquele momento, uma identidade política mais nítida, aspirando por uma maior participação legítima nas grandes decisões internacionais (AMARAL, 2012: p.294). Dessa forma, o grupo passou de um acrônimo, que significava países ascendentes na ordem econômica internacional, a um arranjo político-diplomático que extrapola a sua contextualização inicial voltada para o mercado financeiro.

O grupo BRICS pode ser entendido, assim, não só pela relevância de uma aproximação para diálogo de países emergentes, mas também, em grande medida, pelo símbolo que ele representa na conjuntura internacional hodierna. O mecanismo passou a ser uma forma de qualificar os países membros como representantes do “Sul Global” no cenário mundial, marcados pelo maior peso econômico e político, entre esse grupo de Estados, na atualidade (MORAES e RIBEIRO, 2015: p.256). Os membros do BRICS assumiram papel proeminente, atuando ativamente em suas regiões e continentes no tocante ao desenvolvimento. A postura do grupo revela uma posição participativa, propositiva e proativa em direção à cooperação sul-sul. Da mesma forma, o arranjo também tem tido significativa voz para pressionar por mudanças da ordem econômica internacional, como pela reforma do FMI, entre outros órgãos decisórios, visando a uma maior representação e participação dos países em desenvolvimento no processo de governança global (CEBRI, 2014). A coalizão tem permitido, além disso, maior poder de barganha e maior participação dos países integrantes na agenda internacional. No G20, além de buscar consolidá-lo como o expoente da economia mundial, os BRICS expressam seu desígnio em coordenar e alinhar seu posicionamento naquele fórum (SZEIFERT e VELOSO, 2014: p.7).

² O’Neill, Jim. *Building Better Economic BRICs*, Paper n.66, Golden Sachs, novembro 2001.

Ainda assim, na esteira das Declarações anteriores, a Declaração de Ufá, assinada na VII Cúpula dos BRICS, em 2015, demonstra que os países membros buscam uma estratégia dupla de afirmar as instituições existentes e, ao mesmo tempo, criar mecanismos alternativos. O efeito intrigante da criação de novas estruturas pelo agrupamento é que, ainda que busquem maior espaço de participação, não minam as normas e regras que sustentam a ordem definida pelos Estados Unidos. Dessa forma, não se observa uma tentativa, de fato, dos BRICS de “demolir a ordem global por dentro” (STUENKEL, 2015). Os esforços de reforma das instituições existentes, entretanto, têm sido vetados – como era de se esperar – pelos Estados Unidos, fortalecendo no âmbito do grupo, desse modo, a constituição de mecanismos alternativos, que não visam a competir, pelo menos inicialmente, com as instituições já estabelecidas, mas complementá-las.

De fato, José Luís Fiori reconhece que o sistema internacional está passando por uma grande transformação estrutural, ainda que o declínio de poder relativo dos Estados Unidos não represente uma crise terminal do poder global americano ou do capitalismo. Embora esse país mantenha a posição de liderança do sistema interestatal, as mudanças no seu poder relativo levaram a uma alteração na configuração geopolítica e econômica mundial (FIORI, 2014: p.32). Os países membros do agrupamento são, assim, considerados pelo autor como Estados que ocupam posições estratégicas importantes na competição entre as grandes potências e, portanto, posições chave para a compreensão das condições geopolíticas para o desenvolvimento econômico. A articulação possui o propósito, desse modo, de promover estratégias para alcançar o desenvolvimento assim como o fortalecimento econômico sustentado, em resposta a desafios sistêmicos e geopolíticos (FIORI, 2014: p.37).

Os BRICS emergiram como importantes pilares para a sustentação das dinâmicas de produção e circulação de capital pelo globo. O PIB agregado dos países do BRICS quadruplicou desde 2001, chegando a US\$ 12 trilhões em 2012 (NOGUEIRA, 2012: p.281). Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul têm desempenhado papel de poderes regionais em seus respectivos entornos, enquanto grandes economias, exercendo papel de potência nesses subsistemas mais imediatos. Tais países buscam também no âmbito do agrupamento, posicionar-se em prol do desenvolvimento de seu imediato contexto regional, agindo como legítimos porta-vozes do mundo periférico. Ainda, por serem países com diplomacia ativa, conseguem atuar para além suas regiões, possuindo envolvimento maior em diversas questões da agenda internacional.

De fato, os países do BRICS têm conseguido transformar o seu crescimento econômico – ao menos, relativo a anos anteriores –, política externa ativa e ambição global em uma expansão de sua influência internacional. O agrupamento representa um processo de concertação em construção, de acordo com a vontade dos Estados membros, mas já consegue agir de maneira a mudar a forma de pensar de outros atores, além de contribuir com o fornecimento de bens públicos internacionais para outros países em desenvolvimento. A entidade, ao conformar as potências emergentes dos diferentes tabuleiros continentais, ganha importância geopolítica e permite ampliar, em algum grau, a influência de seus membros na tomada de decisão na governança global (HAIBIN, 2013: p.205). Conforme coloca o autor chinês, Haibin Niu: “Em suma, todos os países BRICS assumiram uma estratégia de desenvolvimento voltada à integração na economia global com uma forte base regional. Sem tal dimensão global, economias emergentes não podem ser tratadas como potências emergentes”.

A lógica de atuação do grupo não envolve a confrontação com terceiros países, estando aberto a cooperar com os demais Estados assim como organizações internacionais e regionais em questões da agenda internacional. O grupo busca exercer, desse modo, uma forma de *soft balancing* às tomadas de decisões hegemônicas, refletindo a busca dos países em desenvolvimento pelo estabelecimento de uma estrutura estatal que delinear uma atuação contra-hegemônica no sentido gramsciano desenvolvido por Robert Cox³.

A evolução da agenda de reformas da governança global, propostas pelos BRICS, pode ser encarada como efetivamente em curso, na medida em que decisões tomadas pelo agrupamento vêm sendo de fato implementadas. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas, instituídos pela Cúpula de Fortaleza, em 2014, traz à cena o perfil de enfoque ao desenvolvimento dado pelo agrupamento e revela medidas que propõem mecanismos novos para além das instituições de Bretton Woods. O Banco servirá para investimentos ligados a projetos de fomento – tanto para os países membros, quanto para financiar também outros países em desenvolvimento – voltados para a infraestrutura e para o desenvolvimento sustentável. Ao identificarem entraves ao desenvolvimento e para avanços na infraestrutura, sobretudo, em razão de financiamentos de longo prazo para os países emergentes e em desenvolvimento, os membros do BRICS dão credibilidade à cooperação na direção de uma utilização mais produtiva de recursos

³ Ver Cox (1996). *Social Forces, States and World Orders*.

financeiros globais, vindo na criação do NBD uma contribuição. Os membros do grupo reiteram o caráter de complementaridade dessa nova instituição em relação a outras organizações financeiras existentes, a nível internacional e regional, bem como o caráter colaborativo e solidário (DECLARAÇÃO DE FORTALEZA, 2014).

A criação do arranjo de reservas dos BRICS para casos de problemas no balanço de pagamentos dos membros confere um efeito de precaução aos países do grupo, podendo evitar pressões de liquidez de curto prazo e reforçar a estabilidade financeira por meio do apoio mútuo. Destaca-se também, nesse sentido, que essa rede de segurança financeira funcionará de maneira complementar aos acordos internacionais existentes (DECLARAÇÃO DE FORTALEZA, 2014). Tais mecanismos reforçam a atuação dos países do grupo, que ganha ainda mais importância econômica e papel no desenvolvimento de uma forma mais efetiva, contribuindo para as transformações na arquitetura econômica, comercial e financeira internacional.

É esperado, portanto, pela comunidade internacional – e os próprios membros empenham-se para tanto – que os países do BRICS busquem consolidar a posição de fornecedores de bens públicos globais, a fim de garantirem seus interesses em expansão. Assim, o grupo funciona como uma forma de apoio mútuo entre os membros, para a acomodação do seu poder em ascensão no sistema interestatal vigente, pautados pela estratégia de cooperação. O intuito é colocar em pauta uma possível reforma da ordem internacional, ao invés de uma congregação de forças para suplantá-lo, de maneira a refletir uma maior participação desses países, mais igualitária, nas tomadas de decisões da governança global (HAIBIN, 2013: p.213).

VI. A motivação chinesa em participar dos BRICS

É diante do movimento global realizado pela China, nas últimas décadas, que podemos entender a participação do país no contexto do grupo de concertação política do BRICS. A existência das diferenças de poder entre os membros e o destaque que a China possui em relação aos demais não torna o arranjo menos interessante para os chineses. Ainda que tenha sido convidada a participar das reuniões de diálogo anuais do G8 e que revele o intuito de, no

longo prazo, fazer parte do clube de elite internacional, a China prefere estabelecer uma plataforma diplomática mais ampla bem como unir-se ao G8⁴, mas ao lado de outras economias emergentes de forma a garantir uma participação mais representativa. O país acredita que, ao cooperar com outras economias emergentes e enfatizar o diálogo entre países em desenvolvimento e os membros do G8, consegue atingir seus objetivos nacionais, que refletem a identidade de um Estado em ascensão (HAIBIN, 2013: p. 204). É nesse contexto que a participação no BRICS torna-se essencial para a China. Com efeito, os países do BRICS têm buscado consolidar o G20 Financeiro, enquanto a principal plataforma de diálogo para a gestão da economia mundial em substituição ao G8. O papel do G20 foi exaltado, assim, em diversas Declarações de Cúpula do BRICS, enquanto o principal mecanismo de coordenação macroeconômica, mais representativo, para permitir a recuperação da economia global.

Fiori (2014: p.33-35) argumenta que a China chama atenção por ter garantido, nas últimas décadas, a afirmação de seu poder, por meio de um avanço na militarização, estabelecendo um movimento explícito de resistência ao cerco dos Estados Unidos. Segundo o autor da *Teoria do Poder Global*⁵, a resposta chinesa estaria conformada na ideia de que:

... não há dúvida de que esse será o jogo que estará sendo jogado nas próximas décadas: de um lado, os Estados Unidos se distanciando e intervindo apenas em última instância; de outro, as demais potências regionais tentando escapar o cerco estado-unidense, por meio de coalizões de poder que neutralizem o divisionismo estimulado pelos Estados Unidos.

Diferenças essenciais são destacadas por Fiori, no entanto, entre os países membros do arranjo de articulação do BRICS. Enquanto Brasil, Índia e África do Sul ainda buscam o reconhecimento do seu pleito a membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), China e Rússia possuem tal assento. Mesmo que exista o reconhecimento por parte dos países do BRICS, em diversas Declarações de Cúpula, da necessidade de reforma do CSNU e da própria ONU – de forma que os três países também possam gozar de um papel mais relevante, na organização– não há um comunicado conjunto do BRICS que defenda o acesso permanente dos mesmos ao Conselho. Mais assimetrias de poder são

⁴ O G8 contou com a presença da Rússia entre 1998 e 2014, mas retornou à condição inicial de G7, após a expulsão do país, devido à anexação da Crimeia.

⁵ Ver Fiori (2014), Prefácio, para revisão da *Teoria do Poder Global. História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo.*

ressaltadas pelo autor, na medida em que a China, a Rússia e a Índia são potências atômicas, tendo sido a primeira uma potência milenar – excluindo-se o século da grande humilhação – exercendo supremacia no Leste Asiático; a segunda foi uma potência econômica militar, durante boa parte do século XX, buscando voltar ao exercício da mesma, no mundo contemporâneo; enquanto a terceira é uma potência militar, que pretende exercer sua hegemonia no Sul da Ásia (FIORI, 2014: p.35).

Não obstante a tais dissimetrias, ao apontar-se a similaridade das dificuldades impostas às potências emergentes, hodiernamente, reconhece-se a relevância do argumento de que entidades de concertação política, como o BRICS, são interessantes a cada um de seus membros, servindo como forma de articulação conjunta, para que alcancem seus objetivos internacionalmente. Haibin (2013: p.206), por exemplo, aponta que à exceção da Rússia, os demais membros do BRICS enfrentam, pela primeira vez os desafios de uma atuação, verdadeiramente, global. China e Índia tiveram uma preeminência na Ásia, antes do sistema moderno de Estados, enquanto Brasil e África do Sul tiveram destaque, em nível apenas regional. Além disso, nenhum desses países possui apoio significativo às suas pretensões globais, no âmbito regional. Tais potências emergentes possuem uma influência no plano internacional, por um lado, devido a sua busca por uma atuação pautada principalmente pelo *soft power* – mesmo que não só pautada nele – mas que ainda precisa ser expandida. Cabe ressaltar que também enfrentam, por outro lado, questões internas relacionadas à preocupação com o desenvolvimento doméstico. Essas dificuldades fazem com que a atuação em conjunto, baseada em cooperação, seja conveniente para os membros, que se voltam muito mais para o aspecto comum da agenda, com foco no desenvolvimento, do que na solução de diferenças ou questões controversas que existam entre eles.

A despeito da heterogeneidade na composição do grupo, formado por Estados politicamente e culturalmente com pouco em comum, com histórias civilizatórias também bastante distintas (CEBRI, 2014), nota-se que os mesmos coincidem no objetivo de promover uma maior concertação política em temas variados, especialmente, no âmbito econômico e do desenvolvimento, os quais os aproximam. Ressalta-se, ainda, o coincidente empenho em reduzir a diferença tecnológica e industrial que os separa do mundo desenvolvido. São países que, além de combinarem extensos territórios a uma grande população, não somente compartilham a vontade de contribuir para o desenho de uma nova arquitetura da ordem internacional como também possuem capacidades efetivas para fazê-lo (AMARAL, 2012: p.295). Assim, não obstante às diferenças relevantes existentes entre os países membros, a

cooperação é interessante ao grupo em conjunto, inclusive à China, por representar uma plataforma para atuação, baseada na colaboração, a fim de que o papel das potências emergentes seja acomodado no âmbito do sistema interestatal. De fato, apesar das assimetrias de poder, de influência e dos regimes internos, a China tem demonstrado corroborar com a consolidação de uma visão comum referente à ordem mundial, vigente e futura, entre os países do BRICS (HAIBIN, 2013).

O Grupo permanece, portanto, como um espaço aberto para coordenação em temas e questões em que possuem interesses comuns, sendo progressivamente construído pelos cinco países membros. Cabe ressaltar que esses países possuem uma visão compartilhada da relevância da cooperação para o agrupamento, pautado por discussões e pela adoção de decisões conjuntas, quando conveniente. Dessa forma, a flexibilidade do agrupamento favorece a aproximação de suas posições nas questões que julgam apropriadas. A participação no arranjo é oportuna para cada um de seus membros, na medida em que lhes confere um status especial, dado ao valor que o grupo agrega na capacidade de posicionamento, projeção e prestígio de tais países, com o peso do reconhecimento individual conferido pelos quatro demais (PIMENTEL, 2013: p.181).

Ainda que muito se argumente que o mecanismo de cooperação esteja fadado ao fracasso devido à diversidade de posicionamentos dos países membros, a sua flexibilidade permite que se avance apenas nas áreas de interesse mútuo, estreitando laços e entendimentos nos pontos convergentes. Por isso, a despeito da ausência de um documento constitutivo, de um secretariado e do caráter informal do grupo, os avanços na cooperação bem como em certa institucionalização respeitam a vontade política dos membros.

O Embaixador José Vicente Pimentel (2013: p. 182) destaca que a forma de atuação do arranjo permite que cada membro tenha a sua própria agenda, evitando que o grupo seja manipulado por um dos participantes em benefício próprio. O mecanismo interessa aos cinco membros para a discussão tanto de ações conjuntas, ao identificarem áreas de cooperação mútua, quanto de iniciativas individuais. Assim, o BRICS é relevante para cada um de seus membros, pois, atuando em grupo, alcançam maior visibilidade e conseguem um maior engajamento para a defesa de interesses comuns, que não conseguiriam caso atuassem individualmente. Os países participantes conseguem, dessa forma, maior influência em processos decisórios bem como fortalecer a visão crítica em relação aos que detêm controle

dos órgãos de governança global. Os países emergentes tentam, assim, construir um poder de grupo que lhes permita maior participação nas negociações globais.

A despeito de a China possuir um peso diferenciado em relação aos demais membros do grupo no momento contemporâneo, a sua participação no BRICS proporciona ao país uma legitimidade e ampliação da sua capacidade de atuação global. A presença da China no BRICS reflete a busca do país por uma atuação construtiva no cenário e nos assuntos mundiais. Desse modo, a China adota uma posição muito positiva em relação à cooperação com as potências emergentes do agrupamento. Haibin ressalta, nesse sentido que:

Ao agir como membro desse grupo, o país pode aproveitar-se das oportunidades de desenvolvimento dos demais países, reduzindo assim a pressão internacional sobre sua posição como principal potência ascendente. Para levar a termo essa estratégia, porém, o país precisa trabalhar em prol de um BRICS forte e unificado, enquanto mantém o agrupamento uma entidade aceitável para o resto do mundo (2013: p.207).

Os parceiros do BRICS possuem pensamentos semelhantes e a mesma posição de demanda por um ajuste nas regras de gestão na governança global, o qual permita uma melhor distribuição hierárquica de poder e riqueza (FIORI, 2014: p.35). Esses países compartilham determinadas visões de mundo, assumindo o mesmo posicionamento chinês a respeito da necessidade da reforma de algumas instituições internacionais, sobretudo, financeiras e econômicas bem como quanto ao futuro da ordem mundial. Dessa forma, a cooperação com os países do BRICS possibilita à China ampliar o seu poder de voz bem como o dos demais países emergentes no sistema interestatal e, portanto, aumentar a sua capacidade de barganha, ao negociar as suas responsabilidades internacionais com as grandes potências (HAIBIN, 2013: p.208). De fato, a China ainda enxerga a sua identidade como pertencente ao Sul Global e deve continuar a ver o seu status dessa forma por um longo período de tempo – segundo teóricos do Sul Global –, encontrando, assim, consonância na articulação com outros países em desenvolvimento (SHAMBAUGH, 2013: p.31-32).

O BRICS interessa à China também por viabilizar a cooperação econômica e financeira entre os países emergentes. Tal colaboração permite a essas potências médias uma articulação na direção da consolidação de uma economia mundial robusta e equilibrada (HAIBIN, 2013: p.208). Na IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Nova

Délhi, em 2012, por exemplo, um Acordo-Quadro para a Extensão de Facilitação de Crédito em Moeda Local foi estabelecido entre os Bancos de Desenvolvimento dos países do BRICS, no âmbito do Mecanismo Interbancário de Cooperação do BRICS e do Acordo para Facilitação de Confirmação de Cartas Multilaterais de Crédito, acordos com a imensa importância de estimular o comércio intra-BRICS (DECLARAÇÃO DE NOVA DÉLHI, 2012).

No tocante às negociações travadas entre os Bancos de Desenvolvidos Nacionais de cada país, destacou-se, ainda, a ampliação dos vínculos financeiros entre os membros e o Acordo de Cooperação em Inovação no domínio do Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS, articulados na V Cúpula, ocorrida em Durban, em 2013. O objetivo desse Acordo é também incentivar o financiamento em moeda local para projetos de investimentos entre os países membros (DECLARAÇÃO DE ETHEKWINI, 2013). Tendo em vista o Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento (2014), por sua vez, mesmo que a moeda oficial de pagamento dos Estados Unidos seja a referida para o capital inicial autorizado, o documento conta com um artigo que permite ao Banco oferecer financiamento em moeda local no país, onde a operação será realizada, conquanto que sejam tomadas as políticas adequadas para evitar o descasamento significativo de moedas. Além disso, o Banco também realizará, após a verificação de estudos competentes, operação em títulos e moedas nacionais dos membros do BRICS, inovando, assim, ao trabalhar com moedas de países emergentes e não só com as moedas fortes. A primeira emissão de bônus e títulos, nesse contexto, será em *renminbi*.

Dessa forma, os acordos travados entre os Bancos de Desenvolvimento e os Bancos Centrais dos países membros do BRICS revelam a intenção de ampliação do uso de moedas nacionais em transações comerciais, viabilizando a aceleração do processo de internacionalização do *renminbi*, almejado pelos chineses nos últimos anos. Acordos de swap cambial, no âmbito do grupo, representam uma tentativa significativa por parte da China de que sua realização seja concretizada na moeda chinesa. A China, de fato, busca novos centros em países em desenvolvimento, para ampliar as transações em *renminbi*, sendo os parceiros do BRICS estratégicos nesse sentido. É notório, além disso, o compartilhamento, entre os países membros do BRICS, da ênfase na necessidade da participação do Estado na economia como forma de evitar interferência externa na configuração de suas políticas domésticas. A atuação em grupo permite-lhes, assim, pressionar em conjunto pela manutenção do papel de seus Estados (HAIBIN, 2013: p.208-211).

A China, ao expandir seus interesses em diversas regiões do mundo, tornando-se um ator global, preza pela estabilidade e prosperidade nas respectivas regiões dos seus parceiros do BRICS. A relação com a Rússia, estreitada no âmbito da Organização para a Cooperação de Xangai – refletindo a aproximação entre os dois países, sobretudo, na agenda antiterrorismo pós-11 de setembro – é estratégica para a China da mesma forma que a influente posição da Índia, no Sul da Ásia, é de grande interesse geopolítico chinês (HAIBIN, 2013: p.209), a despeito das tensões entre os dois países. Observa-se, ainda, o desenrolar de relevantes acordos com os russos no setor estratégico de energia. A relação bilateral positiva com o Brasil, elevada ao nível de Parceria Estratégica Global, em 2012, permite o acesso chinês à região e maior interação com a América Latina. A entrada da África do Sul no BRICS, tendo a China como o articulador principal do processo, também reflete a estratégia chinesa para o continente africano, principalmente no tocante aos recursos naturais. Dessa maneira, com a África do Sul como membro do agrupamento, a China consegue lançar uma percepção de homogeneidade nas relações com o continente africano, reduzindo o impacto das críticas que vem recebendo, decorrentes da sua maior presença e influência na África. De fato, à diplomacia chinesa não convém que a sua atuação seja percebida – dentro ou fora do continente – como uma prática neocolonialista (MORAES e RIBEIRO, 2015: p.268).

Com efeito, a V Cúpula de Durban teve como tema “BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização”, tendo dado foco à cooperação com outros países emergentes e em desenvolvimento, especialmente na África. Ao final da reunião, os líderes do arranjo também se encontraram com lideranças africanas, pautados pelo tema “Liberando o Potencial Africano: a Cooperação entre o BRICS e a África em Infraestrutura”, consolidado o pilar do agrupamento, baseado em parcerias com os demais países em desenvolvimento bem como a abordagem inclusiva da solidariedade e da cooperação. Nesse tocante, os países do BRICS afirmaram apoiar o desenvolvimento sustentável da infraestrutura na África, além de destacarem o papel essencial da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) para a industrialização do continente, sobretudo, mediante o incentivo ao investimento externo direto e o compartilhamento de know-how para a geração de emprego, segurança alimentar e erradicação da pobreza.

Dessa maneira, os interesses chineses estratégicos nas regiões dos seus parceiros do BRICS revelam a intenção do país de manter a cooperação e coordenação com essas potências emergentes (HAIBIN, 2013: p. 209). Tendo a grande estratégia chinesa de transformar-se em uma potência sustentável em um “mundo harmônico” como pano de fundo,

a China aposta na concertação com esses parceiros, via ação coletiva e aprendizado mútuo. Os países do BRICS estão, desse modo, construindo a sua própria dinâmica de interação, estabelecendo novas regras e instituições, voltadas para a incorporação do mundo em desenvolvimento ao sistema interestatal, a exemplo do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. O estabelecimento do NBD, que possui o importante mandato de ser o primeiro banco de desenvolvimento constituído exclusivamente por países emergentes com o intuito de ter alcance verdadeiramente global, revela uma relação política de longo prazo no âmbito do grupo. Tal dinâmica alternativa não visa a confrontar a ordem estabelecida, mas a contestar a predominância dos Estados desenvolvidos na governança global, garantindo maior acesso e voz às nações em desenvolvimento, indo na direção das expectativas chinesas para o cenário mundial.

VII. Considerações finais

O Grupo BRICS representa a ampliação da influência das economias emergentes no sistema interestatal. O grupo consolidou-se, enquanto entidade de concertação política, no momento em que o sistema interestatal passava pela crise econômica de 2008. Não raro, o fortalecimento de uma agenda comum e de interesses compartilhados, entre seus membros, foi estabelecido com base em uma demanda conjunta por reformas nas instituições econômicas e financeiras e na governança global. A necessidade de mudanças e reformas nas atuais instituições financeiras e na ordem de governanças globais hodiernas foi mantida enquanto prioridades dos esforços da concertação do agrupamento, em prol de maior representatividade para os países em desenvolvimento assim como de um crescimento global estável e inclusivo. Reconhecendo o momento pós-crise financeira como crucial para a discussão em torno dos desafios para uma recuperação econômica sólida, os países do BRICS identificaram o papel relevante que as suas economias desempenharam para o crescimento mundial e para a redução da pobreza, em seus próprios e em outros países, tendo representado, assim, os motores para a manutenção do ritmo da economia internacional. A despeito da recente desaceleração econômica desses Estados, com exceção da Índia, a articulação política para o alcance de tais ambições permanece primordial para o grupo. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul demonstraram-se, dessa forma, engajados em

continuar a dar respostas construtivas aos desafios econômicos mundiais assim como em solidificar o BRICS enquanto representante da promoção do desenvolvimento sustentável, do crescimento inclusivo e de uma governança global mais representativa.

Sendo assim, diante da sua grande estratégia em transformar-se em uma potência global sustentável, no longo prazo, a China busca levar a cabo a sua ascensão por meio da cooperação com os seus parceiros emergentes. Desse modo, a visão comum acerca do futuro da ordem mundial e o interesse compartilhado em um sistema interestatal, que acomode as potências emergentes de maneira mais representativa e participativa, unem a China aos demais membros do BRICS. De fato, a China vê os países do BRICS como parceiros estratégicos para o seu desenvolvimento, enquanto pares com determinadas opiniões comuns a respeito de uma série de temáticas da agenda internacional, representando, destarte, forças em prol de reformas na ordem mundial. Ainda que consciente das diferenças existentes entre os membros e da necessidade de cautela, nesse tocante, a China não deixa de apostar e de ser uma entusiasta do avanço do grupo (HAIBIN, 2013).

Ao levar a cabo sua estratégia de desenvolvimento pacífico e de um mundo harmonioso, visando a assegurar a comunidade internacional das suas boas intenções, a China aprecia a concertação com as demais potências emergentes. O país considera o BRICS, assim, como uma força internacional cooperativa que responde a sua estratégia de ascensão pacífica e construtiva.

VIII. Referências Bibliográficas

ACORDO CONSTITUTIVO SOBRE O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO. Jul. 2014. Disponível em: < <http://brics.itamaraty.gov.br/images/NDB%20portugues.pdf>>. Acesso: em 10 nov. 2015.

AMARAL, Sérgio. O Brasil, os BRICS e a agenda internacional. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá et al. (Orgs). *O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional*. 1ªed. Brasília, FUNAG, 2012, p.293-301.

CEBRI. *O Banco dos BRICS e sua representatividade no cenário mundial*. 17 jul. 2014. Disponível em: <<http://cebri.org/portal/noticias/o-banco-dos-brics-e-sua-representatividade-no-cenario-mundial>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders. In: _____. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 85-123.

DECLARAÇÃO DE ETHEKWINI. V *Cúpula do BRICS: BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização*. 27 mar. 2013. Disponível em: < http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/77-quinta-declaracao-conjunta >. Acesso em: 20 out. 2015.

DECLARAÇÃO DE FORTALEZA. VI *Cúpula do BRICS: Declaração e Plano de Ação de Fortaleza*. 15 jul. 2014. Disponível em: < http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/224-vi-cupula-declaracao-e-plano-de-acao-de-fortaleza >. Acesso em: 15 out. 2015.

DECLARAÇÃO DE NOVA DELHI. IV *Cúpula do BRICS: Parceria dos BRICS para a Estabilidade, Segurança e Prosperidade*. 29 mar. 2012. Disponível em: < http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/76-quarta-declaracao-conjunta >. Acesso em: 10 out. 2015.

DECLARAÇÃO DE UFÁ. VII *Cúpula do BRICS*. 9 jul. 2015. Disponível em: < http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/252-vii-cupula-do-brics-declaracao-de-ufa >. Acesso em: 30 de out. 2015.

DICKSON, Bruce. *Wealth into Power: The Communist Party's Embrace of China's Private Sector*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

FIORI, José Luís. *História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. Petrópolis, Boitempo Editorial, 2015. p.277.

HAIBIN, Niu. A Grande Estratégia Chinesa e os BRICS. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol.35, n.1, jan/jun 2013, p.197-229. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/7artigo351.pdf>>. Acesso em: 8 de dez. 2015.

HAIBIN, Niu. China's International Responsibility Examined. *Contemporary International Relations*, v. 17, n. 4, p. 81-93, 2007.

MEDEIROS, Carlos A.. Economia e Política do Desenvolvimento Recente da China. *Revista de Economia e Política*, São Paulo, vol.19, n.3, jul/set. 1999. p.92-112.

_____. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa, In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Padrões de Desenvolvimento Econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*. Brasília, CGEE, vol.2, 2013. p.435-490.

MEDEIROS, Carlos A.; TREBAT, Nicholas M.. Modernização Militar no Progresso Técnico e na Inovação Industrial Chinesa. In: CINTRA, Marcos A. M.; SILVA FILHO, Edison B.; PINTO, Eduardo C.. (Orgs.). *China em Transformação: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento*. 1ª ed. Brasília, IPEA, 2015. p.521-550.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Mecanismos Inter-regionais, BRICS. *Itamaraty website*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR>. Acesso em: 20 de nov. 2015.

MORAES, Rodrigo F.; RIBEIRO, Elton J.J.. De BRIC a BRICS: Como a África do Sul Ingressou em um Clube de Gigante. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol.37, n.1, jan/abr 2015, 255-287. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v37n1a08.pdf>>. Acesso em: 20 de dez. 2015.

NOGUEIRA, Isabela. Desigualdades e Políticas Públicas na China: Investimentos, Salários e Riqueza na Era da Sociedade Harmoniosa. In: CINTRA, Marcos A. M.; SILVA FILHO, Edison B.; PINTO, Eduardo C.. (Orgs.). *China em Transformação: Dimensões Econômicas e Geopolíticas do Desenvolvimento*. 1ª ed. Brasília, IPEA, 2015. p. 237-273.

NOGUEIRA, João Pontes. Os BRICS e as mudanças na ordem internacional. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá et al. (Orgs.). *O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional*. 1ªed. Brasília, FUNAG, 2012, p.281-291.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. Breve Resumo dos Debates. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org). *Debatendo o BRICS*. Brasília, FUNAG, 2013, p.179-189.

SHAMBAUGH, David. *China Goes Global: The Partial Power*. Oxford University Press, 2013.

SIPRI, Stockholm International Peace Research Institute: The independent resource on global security. *SIPRI website*. Disponível em: <<http://www.sipri.org/>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

STUENKEL, Oliver. Porque Washington tem dificuldades em compreender o BRICS. *Post-Western World: How emerging powers are changing the World?*, online. 22 jul. 2015. Disponível em <<http://www.postwesternworld.com/2015/07/22/washington-dificuldades-compreender/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SZEIFERT, Jurek; VELOSO, Sérgio. O Primeiro Ciclo de Cúpula dos BRICS: Um balanço crítico. In: VELOSO, Sérgio (org.). *Os BRICS e seus desafios no combate à desigualdade*. Rio de Janeiro, BRICS Policy Center, 2014, p.7-19.